



MINUTA CONVITE

Exmos. Senhores,
CARDOZUGEST, LDA

REMETIDO POR CORREIO
ELETRÓNICO

Sua referência	Sua comunicação	Nossa referência S/OF//2025/C-EFPI	Av. das Forças Armadas, Edifício Argogest 3300-011 Arganil Telef. 235 095 900 e-mail: cefp.arganil@iefp.pt Data: XX/XX/2025
----------------	-----------------	---------------------------------------	--

ASSUNTO: AJUSTE DIRETO N.º ADG/67/2025/IEFP,IP - PR202542/169 - Convite para apresentação de proposta para a Aquisição de serviços de cedência temporária de espaço formativo para o desenvolvimento de diversas ações de formação, a realizar em Tábua.

Exmos. Senhores,

A entidade adjudicante Centro de Emprego e Formação Profissional do Pinhal Interior Norte, convida V. Ex.ª a apresentar proposta, no âmbito do Ajuste Direto, adotado para a celebração de contrato de **Aquisição de serviços de cedência temporária de espaço formativo para o desenvolvimento de diversas ações de formação, a realizar em Tábua**, nos termos identificados no Caderno de Encargos, em anexo.

O presente convite obedece ao disposto no artigo 115º do Código da Contratação Pública CCP, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, que procede à nona alteração ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, onde se informa que:

- Fundamentação do procedimento e órgão que tomou a decisão de contratar:** através de autorização de **procedimento de aquisição por Ajuste Direto**, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 112º e seguintes e do n.º 1, al. d) do art.º 20º do Código da Contratação Pública CCP, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, que procede à nona alteração ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, foi autorizada a decisão de contratar, de acordo com o despacho exarado na Proposta de Decisão de Contratar n.º 133, em 27/03/2025, pelo Senhor Diretor do Centro de Emprego e Formação Profissional do Pinhal Interior Norte, Deliberação do Conselho Diretivo do IEFP, IP n.º 141/2024, de 7 de maio.
- Órgão Competente para prestar esclarecimentos:**
 - Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência da entidade adjudicante;



2.2. Os interessados podem solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo devem apresentar a lista de erros e omissões, através do endereço eletrónico compras.dc-mar@iefp.pt, durante o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.

2.3. Os esclarecimentos prestados serão disponibilizados através de endereço eletrónico, até ao fim do termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas nos termos da alínea a) do n.º 5 do art.º 50.º do CCP.

2.4. O órgão competente pronuncia-se sobre a lista de erros e omissões apresentados até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação de propostas, nos termos da alínea b) do n.º 5 do art.º 50.º do CCP.

3. Proposta:

3.1. Na proposta o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo.

4. Preços: os preços constantes da proposta deverão cumprir o disposto no art. 60º do Código da Contratação Pública CCP, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, que procede à nona alteração ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

5. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:

5.1. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I deste ofício-convite (a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP, do qual faz parte integrante;

5.2. Na proposta o concorrente deve indicar:

- I. Referência do procedimento;
- II. Nome do concorrente;
- III. Prazo de validade da proposta;
- IV. Condições de pagamento;
- V. Preço Global;
- VI. Data e assinaturas.

5.3. Declaração emitida conforme modelo constante no anexo IV ao presente ofício convite (Declaração sob compromisso de honra, de que na qualidade de proprietário/arrendatário tem poderes legais, para cedência das instalações).

5.4. Os preços constantes da proposta deverão cumprir o disposto no art.º 60.º do CCP.

5.5. Quando os preços forem constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem sobre os indicados em algarismos.



- 5.6. A proposta é redigida obrigatoriamente em língua portuguesa, ou não o sendo, deve ser acompanhada de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
- 5.7. A participação no presente procedimento obriga à apresentação de propostas com recurso ao endereço eletrónico compras.dc-mar@iefp.pt.
- 5.8. Na proposta o concorrente deve especificar todos os aspetos que considere relevantes para a apreciação das mesmas.
- 6. Prazo e modo de apresentação das propostas:**
- 6.1. O prazo para apresentação da proposta e dos documentos que a acompanham termina às **23:59 horas** do dia **02-05-2025**, devendo ser entregues através do endereço eletrónico compras.dc-mar@iefp.pt.
- 6.2. As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.
- 7. Prazo de manutenção das propostas:**
- 7.1. O prazo de obrigação de manutenção da proposta é de 66 dias.
- 8. Concorrentes:**
- 8.1. Podem apresentar propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no art.º 55.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), com a redação conferida pelo Decreto-Lei, n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, que procede à nona alteração ao decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro
- 9. Caução:** Não será exigível a prestação de caução para efeitos de celebração deste contrato.
- 10. Adjudicação:** a celebração deste contrato será alvo de publicitação no portal da Internet dedicado aos contratos públicos, www.base.gov.pt, de acordo com o disposto no n.º 127º do Código da Contratação Pública CCP, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, que procede à nona alteração ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.
- 11. Documentos de Habilitação:** Os documentos de habilitação exigidos ao adjudicatário, nos termos do art.º 81.º do CCP, deverão ser apresentados no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a notificação da decisão de adjudicação, nomeadamente:
- 11.1.** Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II (a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 81.º do CCP) deste ofício-convite e do qual faz parte integrante;
- 11.2.** Documentos comprovativos que não se encontrem nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55º do Código da Contratação Pública CCP, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, que procede à nona alteração ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, ou seja certidão de não dívida às finanças e



segurança social e certificado(s) de registo(s) criminal(ais), para fins de contratação pública, da entidade e responsável (eis);

- 11.3.** Certidão do registo comercial, onde conste a matrícula e todas as inscrições em vigor, nomeadamente a forma de obrigar ou Estatutos e Ata de Tomada de Posse, caso se trate de outro tipo de entidade que não sociedade comercial;
- 11.4.** Documento que comprove a existência de título de propriedade (ou posse, no caso de aquele ser arrendatário) que legitime a cedência de instalações;
- 11.5.** Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, salvo quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
- 11.6.** Caso se verifiquem irregularidades nos documentos referidos no número anterior, que possam determinar a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 2 do art.º 86º do CCP, será concedido um prazo adicional não superior a 5 dias para o adjudicatário suprimir as irregularidades detetadas

12. Documentos para a assinatura do contrato: No prazo previsto para a entrega dos documentos de habilitação, o adjudicatário obriga-se a enviar, através do endereço eletrónico compras.dc-mar@iefp.pt, toda a documentação necessária à celebração do contrato, nomeadamente:

- 12.1.** Apresentação do(s) Bilhete(s) de Identidade(s) / Cartão(ões) de cidadão do outorgante(s) e respetiva(s) morada(s);
- 12.2.** Apresentação do nº de contribuinte ou do cartão de pessoa coletiva, conforme os casos;
- 12.3.** Declaração de delegação de competências para representação do adjudicatário na outorga do contrato, caso se verifique essa necessidade.

13. Prazos:

Todos os prazos indicados no presente ofício convite cumprem o disposto no art.º 470.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.

14. Direito aplicável:

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente convite aplicar-se-á o regime previsto no código dos Contratos Públicos e subsidiariamente a demais legislação aplicável.

Com os melhores cumprimentos,

O Diretor,



Em anexo:

Anexo I – Modelo de Declaração (a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 57.º do Código dos Contratos públicos, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.

Anexo II – Modelo de Declaração (a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 81.º do Código dos Contratos públicos, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.

Anexo III – Modelo de Proposta

Anexo IV – Modelo de declaração (relativa aos poderes legais para cedência de instalações)

Anexo V – Caderno de Encargos